

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2025)

Ex.mos Sr(s)

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **Centro Social e Paroquial de Andraes** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2025, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 54.813,48€, o qual se deve aos aumentos de preços, aos investimentos efetuados na conservação de edifícios e viaturas e ao aumento das remunerações. Com a abertura prevista para 2026 do novo ERPI prevê-se equilibrar a situação financeira da Instituição, através de uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2025	2024	Incremento volume de negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	233 317,02	219 007,80	14 309,22	6,53%
Volume de negócios	233 317,02	219 007,80	14 309,22	6,53%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	19 657,61	50 908,56	-31 250,95	-61,39%
FSE	85 805,41	43 912,83	41 892,58	95,40%
Subcontratos	34 010,62		34 010,62	100,00%
Trabalhos especializados	8 981,04	8 958,76	22,28	0,25%
Publicidade e propaganda		29,77	-29,77	-100,00%
Honorários	2 640,90	289,05	2 351,85	813,65%
Conservação e reparação	6 684,48	3 087,61	3 596,87	116,49%
Ferramentas e utensílios	1 140,62	1 259,34	-118,72	-9,43%
Eletricidade	6 159,00	10 233,06	-4 074,06	-39,81%
Combustíveis	6 862,32	8 313,46	-1 451,14	-17,46%
Deslocações e estadas	45,14		45,14	100,00%
Comunicação	1 649,10	717,28	931,82	129,91%
Despesas de representação	664,50	50,00	614,50	1229,00%
Outros	16 967,69	10 974,50	5 993,19	54,61%
Gastos com pessoal	153 333,20	163 244,20	-9 911,00	-6,07%
Depreciações e amortizações	29 761,12	26 679,62	3 081,50	11,55%
Outros gastos e perdas	4 081,93	9 203,99	-5 122,06	-55,65%
Juros	8 588,99	872,10	7 716,89	884,86%
Outros gastos e perdas financiamento	1 801,35	7 302,12	-5 500,77	-75,33%
Total gastos e perdas financiamento	10 390,34	8 174,22	2 216,12	27,11%
Total gastos e perdas	303 029,61	302 123,42	906,19	0,30%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2025 a 233.3177,02€ (220.426,04€ em 2024).

Evolução dos rendimentos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Vendas				
Prestação de serviços	233 317,02	219 007,80	14 309,22	6,53%
Subsídios à exploração		1 418,24	-1 418,24	-100,00%
Outros rendimentos	14 899,11	16 885,11	-1 986,00	-11,76%
Total dos rendimentos	248 216,13	237 311,15	10 904,98	4,60%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Equipamento de transporte	49 802,00	6 800,00	43 002,00	632,38%
AFT em curso	465 575,25	943 119,17	-477 543,92	-50,63%
Total	515 377,25	949 919,17	-434 541,92	-45,75%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	2 000,00	2 000,00		
Edifícios	757 473,58	757 473,58		
Equipamento básico	92 690,82	92 690,82		
Equipamento de transporte	97 286,29	47 484,29		
Equipamento administrativo	11 113,38	11 113,38		
Outros ativos fixos tangíveis	2 643,31	2 643,31		
AFT em curso	1 408 694,42	943 119,17	465 575,25	49,37%
Total	2 371 901,80	1 856 524,55	465 575,25	25,08%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 28.258,83€ (113.600,49€ em 2024).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 684.436,10€ (215.440,71€ em 2024).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.



10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 54.813,48€ para Resultados Transitados.



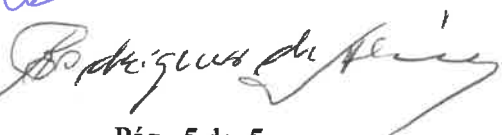
13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Andrães, 06 de março de 2026

A Entidade

Pág. 5 de 5



ANEXO
(Período 2025)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Paroquial de Andrães

NIPC 504 249 754

1.2 – Sede

Rua da Fonte Velha, n.º 43

Andrães

5000-033 Vila Real

1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social e Paroquial de Andrães é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos sem alojamento, estando a construir um ERPI para desenvolver a atividade de apoio social a idosos com alojamento.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um



conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Neste sentido, destacamos a contabilização das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais, que pela circular emanada do Instituto da Segurança Social, passam a ser contabilizadas como rédito (anteriormente contabilizadas como subsídios à exploração). Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações

financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros



Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.



3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de

[Handwritten signature and initials in blue ink]

gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2026.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

Durante o exercício de 2024 ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, no que diz respeito à contabilização do valor das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizadas no crédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2025	2024
Caixa	595,20	2 812,83
Depósitos à ordem	97 623,65	55 112,33
Depósitos a prazo	50 744,20	
Total	148 963,05	57 925,16

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Terrenos e rec. naturais	2 000,00			2 000,00			2 000,00
Edifícios e outras construções	757 473,58			757 473,58			757 473,58
Equipamento básico	92 690,82			92 690,82			92 690,82
Equipamento de transporte	54 184,29	6 800,00	-13 500,00	47 484,29	49 802,00		97 286,29
Equipamento administrativo	11 113,38			11 113,38			11 113,38
Outros ativos fixos tangíveis	2 643,31			2 643,31			2 643,31
AFT em curso		943 119,17		943 119,17	465 575,25		1 408 694,42
Sub-total	920 105,38	949 919,17	-13 500,00	1 856 524,55	515 377,25		2 371 901,80
Depreciações e perdas por imparidade	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções	162 378,12	15 162,80		177 540,92	15 143,41		192 684,33
Equipamento básico	60 332,74	9 911,71		70 244,45	9 848,13		80 092,58
Equipamento de transporte	54 184,29	1 095,83	-13 500,00	41 780,12	4 240,92		46 021,04
Equipamento administrativo	11 113,35	0,03		11 113,38			11 113,38
Outros ativos fixos tangíveis	528,66	528,66		1 057,32	528,66		1 585,98
Sub-total	288 537,16	26 699,03	-13 500,00	301 736,19	29 761,12		331 497,31
Quantias líquidas escrituradas	631 568,22	923 220,14		1 554 788,36	485 616,13		2 040 404,49

6 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Projetos de desenvolvimento	2 460,00			2 460,00			2 460,00
Programas de computador	2 665,37			2 665,37			2 665,37
Sub-total	5 125,37			5 125,37			5 125,37
Amortizações e perdas por imparidade	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Projetos de desenvolvimento	2 460,00			2 460,00			2 460,00
Programas de computador	2 665,37			2 665,37			2 665,37
Sub-total	5 125,37			5 125,37			5 125,37
Quantias líquidas escrituradas							

7 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

7.1

Entidades	2023	Aumentos	Diminuições	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Fundo compensação trabalho	2 054,99			2 054,99			2 054,99
Total	2 054,99			2 054,99			2 054,99

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2025			2024		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período					910,55	910,55
Compras		19 657,61	19 657,61		49 998,01	49 998,01
Regularizações						
Inventários no fim do período						
CMVMC		19 657,61	19 657,61		50 908,56	50 908,56

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2025	2024
Prestação de serviços	233 317,02	219 007,80
Total	233 317,02	219 007,80

De acordo com a circular emanada do Instituto da Segurança Social, os valores das participações mensais pagas para as diversas respostas sociais passam a ser contabilizadas no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

10 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

10.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2025	2024
Imputação de sub. para investimentos	5 600,00	5 600,00

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2025	2024
IEFP		1 418,24
Total		1 418,24

11 – Instrumentos financeiros

11.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2023	Aumentos	Reduções	2024	Aumentos	Reduções	2025
Fundos líquidos	149,64			149,64			149,64
Resultados transitados	435 717,78		-41 500,07	394 217,71		-64 812,27	329 405,44
Outras variações no fundo patrimonial	240 140,00	950 476,35	-5 600,00	1 185 016,35	82 994,65	-5 600,00	1 262 411,00
Resultado líquido	-41 500,07	41 500,07	-64 812,27	-64 812,27	64 812,27	-54 813,48	-54 813,48
Total	634 507,35	991 976,42	-111 912,34	1 514 571,43	147 806,92	-125 225,75	1 537 152,60

11.2 – Financiamentos obtidos

Ver ponto si) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2024				
Total				
2025				
CGD N.º 0906.016064.891	130 000,00			130 000,00
CGD N.º 0906.016253.591		160 000,00	240 000,00	400 000,00
Total	130 000,00	160 000,00	240 000,00	530 000,00
Variação (2025-2024)	130 000,00	160 000,00	240 000,00	530 000,00

12 – Benefícios dos funcionários

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

12.1 – Número médio de funcionários

O número médio de funcionários durante o ano de 2025 foi de 8.

C. A.
A.

Gastos com pessoal	2025	2024
Funcionários:	150 857,71	159 478,06
Remunerações	124 385,99	132 537,18
Encargos seg. social	26 471,72	26 940,88
Seguros	2 113,41	2 142,68
Outros	362,08	1 623,46
Total	153 333,20	163 244,20

12.2 – Órgãos sociais

Os órgãos sociais não são remunerados.

12.3 – Número médio de voluntários

Não existem

13 – Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à Segurança Social em 31 de dezembro de 2025.

13.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2025.

12.3 – Não existem dívidas de salários em 31 dezembro de 2025.

14 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2025			2024		
Cientes	3 061,00		3 061,00	3 662,00		3 662,00
Outros créditos a receber	12 421,47		12 421,47	51 237,12		51 237,12
Total	15 482,47		15 482,47	54 899,12		54 899,12
Passivos	2025			2024		
Fornecedores	14 027,49		14 027,49	6 265,22		6 265,22
Fornecedores de investimentos	64 379,74		64 379,74	146 009,38		146 009,38
Outras dívidas a pagar	72 510,94		72 510,94	60 125,83		60 125,83
Total	150 918,17		150 918,17	212 400,43		212 400,43

14.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2025	2024
Ativo		
EOEP - IVA	12 776,36	58 701,37
Total	12 776,36	58 701,37
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	363,50	309,00
EOEP - Segurança Social	3 154,43	2 731,28
Total	3 517,93	3 040,28

Handwritten signatures and initials in blue ink.

14.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2025	2024
Ativo - outros créditos a receber		
Município de Vila Real	10 000,00	50 000,00
Fornecedores	1 897,86	1 237,12
Outros	523,61	
Total	12 421,47	51 237,12
Passivo - outros passivos correntes		
Remunerações a pagar		7 169,95
Credores por acréscimos de gastos	25 047,27	20 162,27
Fornecedores de Investimentos	64 379,74	146 009,38
Caução construção ERPI - Norteados, Lda	46 940,06	30 967,61
Outros	523,61	1 826,00
Total	136 890,68	206 135,21

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

14.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2025	2024
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Total		
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	22 855,08	14 938,00
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	2 192,19	794,78
Outros		4 429,49
Total	25 047,27	20 162,27

14.5 – Diferimentos

Diferimentos	2025	2024
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	1 136,56	1 342,41
Outros	770,78	300,73
Total	1 907,34	1 643,14
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Total		

14.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2025	2024
Subcontratos	34 010,62	
Trabalhos especializados	8 981,04	8 958,76
Publicidade e propaganda		29,77
Vigilância e segurança	114,14	137,90
Honorários	2 640,90	289,05
Conservação e reparação-edifícios o. const.	1 966,50	216,48
Conservação e reparação-eq. Básico	901,85	1 746,20
Conservação e reparação-eq. transporte	3 816,13	1 124,93
Serviços bancários	352,02	824,26
Ferramentas e utensílios	1 140,62	1 259,34
Material de escritório	3 731,45	1 146,93
Eletricidade	6 159,00	10 233,06
Combustíveis	6 862,32	8 313,46
Água	2 326,06	3 177,99
Deslocações e estadas	45,14	
Rendas e alugueres		246,00
Comunicação	1 649,10	717,28
Seguros	3 596,95	684,16
Contencioso e notariado	1 155,12	207,99
Despesas de representação	664,50	50,00
Limpeza, higiene e conforto	5 691,95	4 549,27
Outros FSE		
Total	85 805,41	43 912,83

Handwritten signature and initials in blue ink.

14.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2025	2024
Taxas	114,76	
Correções de períodos anteriores	3 925,56	8 071,02
Multas e penalidades	23,84	401,64
Outros	17,77	731,33
Total	4 081,93	9 203,99

14.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2025	2024
Juros suportados	8 588,99	872,10
Despesas bancárias e comissões	1 801,35	7 302,12
Total	10 390,34	8 174,22

14.9 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2025	2024
Descontos pp obtidos		5,00
Correções de períodos anteriores	2 909,11	4 394,61
Imputação de sub. investimento	5 600,00	5 600,00
Reposição do subsídio refeição em espécie	5 850,00	5 883,50
Aluguer da casa mortuária	540,00	1 000,00
Outros		2,00
Total	14 899,11	16 885,11

14.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 54.813,48€ para Resultados Transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.



Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

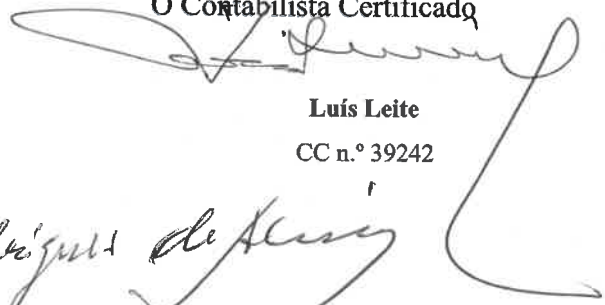
Andraes, 06 de março de 2026

A Entidade

Carlos Manuel de Almeida


CSPA
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ANDRÃES

O Contabilista Certificado




Luis Leite
CC n.º 39242

Luis Fernando Rodriguez de Jesus


Moeda: EUR

Balanço Individual em 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 040 404,49	1 554 788,36
Investimentos financeiros	7.1	2 054,99	2 054,99
		2 042 459,48	1 556 843,35
Ativo corrente			
Créditos a receber	14.1	3 061,00	3 662,00
Estado e outros entes públicos	14.2	12 776,36	58 701,37
Outros ativos correntes	14.1; 14.3; 14.4	12 421,47	51 237,12
Diferimentos	14.5	1 907,34	1 643,14
Caixa e depósitos bancários	4	148 963,05	57 925,16
		179 129,22	173 168,79
Total do ativo		2 221 588,70	1 730 012,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.1	149,64	149,64
Resultados transitados	11.1	329 405,44	394 217,71
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11.1	1 262 411,00	1 185 016,35
		1 591 966,08	1 579 383,70
Resultado líquido do período	11.1	-54 813,48	-64 812,27
Total do Fundo Patrimonial		1 537 152,60	1 514 571,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11.2	400 000,00	
		400 000,00	
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1	14 027,49	6 265,22
Estado e outros entes públicos	14.2	3 517,93	3 040,28
Financiamentos obtidos	11.2	130 000,00	
Outros passivos correntes	14.1; 14.3; 14.4	136 890,68	206 135,21
		284 436,10	215 440,71
Total do passivo		684 436,10	215 440,71
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 221 588,70	1 730 012,14


 O Contabilista Certificado
 Luís Leite
 CC n.º 39242

 Rua da Ponte Velha, N.º 43, Andrães, 5000-033 Vila Real

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro 2025

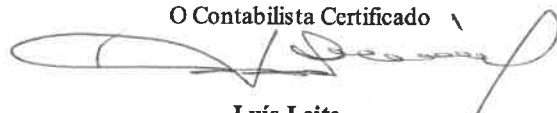
RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		69 729,10	61 741,00
Recebimentos de subvenções		162 523,01	153 713,38
Pagamentos a fornecedores		-111 420,11	-856 129,93
Pagamentos ao pessoal		-145 656,06	-133 144,45
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	-24 824,06	-773 820,00
Outros Recebimentos/Pagamentos		82 596,68	40 825,06
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	57 772,62	-732 994,94
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-612 254,89	-134 812,02
Ativos fixos intangíveis		-648,43	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		82 994,65	900 476,35
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	-529 908,67	765 664,33
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		570 000,00	598 300,00
Subsídios e doações		540,00	1 418,24
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-598 300,00
Juros e gastos similares		-7 366,06	-8 174,22
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	563 173,94	-6 755,98
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		91 037,89	25 913,41
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	57 925,16	32 011,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	148 963,05	57 925,16

A Entidade



CSPA
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ANDRÃES

O Contabilista Certificado


Luís Leite
CCn.º 39242

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	233 317,02	219 007,80
Subsídios, doações e legados à exploração	10		1 418,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-19 657,61	-50 908,56
Fornecimentos e serviços externos	14.6	-85 805,41	-43 912,83
Gastos com o pessoal	12.1	-153 333,20	-163 244,20
Outros rendimentos	10.1; 14.9	14 899,11	16 885,11
Outros gastos	14.7	-4 081,93	-9 203,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-14 662,02	-29 958,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-29 761,12	-26 679,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-44 423,14	-56 638,05
Juros e gastos similares suportados	14.8	-10 390,34	-8 174,22
Resultado antes de impostos		-54 813,48	-64 812,27
Resultado líquido do período		-54 813,48	-64 812,27

A Entidade

Carlos Raul Dias
Luís Leite
CSPA
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ANDRÃES

Q Contabilista Certificado

Luís Leite
Luís Leite
CC n.º 39242

Yousif ... do Rodrigues de ...

